

# REFLEXÕES SOBRE A HISTORIOGRAFIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

*Eduardo Giannetti da Fonseca*

Professor do Depto. de Economia da FEA-USP

## RESUMO

Como explicar a enorme diversidade na historiografia do pensamento econômico? E por que se preocupar com a história da ciência econômica? O objetivo deste artigo é tentar responder questões básicas ligadas à relação entre filosofia da ciência e história intelectual da economia. O principal argumento é o de que para se entender a razão pela qual os relatos da evolução da ciência econômica divergem tanto entre si é preciso examinar três pares de opções metodológicas fundamentais em qualquer reconstrução do passado: (i) externalismo x internalismo; (ii) relativismo x absolutismo; e (iii) antiquarianismo x anacronismo. Embora elas não expliquem tudo, estas opções parecem dar conta de uma parte significativa da diversidade observada na historiografia da ciência econômica. A história do pensamento econômico pode ser vista como um laboratório privilegiado para se estudar a mente dos economistas em ação.

## PALAVRAS-CHAVE

filosofia da ciência; historiografia da ciência econômica; externalismo; internalismo; relativismo; absolutismo; antiquarianismo; falácia anacrônica

## ABSTRACT

How to account for the wide diversity in the historiography of economic thought? And why bother about the history of economics? This paper is an attempt to tackle basic questions dealing with the relations between the philosophy of science and the intellectual history of economics. The main argument is that in order to understand why distinct accounts of the evolution of economics differ so much we need to look at three fundamental methodological options underlying reconstructions of the past (i) externalism x internalism; (ii) relativism x absolutism; and (iii) antiquarianism x anacronism. Though these options cannot account for all observed diversity in the historiography of economics, they seem to go a long way towards explaining it. The history of economic thought may be seen as a privileged laboratory to study the minds of economists at work.

## KEY WORDS

philosophy of science; historiography of economics; externalism; internalism; relativism; absolutism; antiquarianism; anacronistic fallacy

*Eu não sei o que torna um homem mais conservador - não conhecer nada exceto o presente ou nada exceto o passado.*

J. M. Keynes

*Descrever é selecionar; selecionar é avaliar; avaliar é criticar.*

A.W. Gouldner

## INTRODUÇÃO

O método e a história do pensamento econômico (HPE) são áreas de pesquisa e ensino amplamente reconhecidas na economia. A atenção que elas recebem dos economistas varia ao longo do tempo e entre programas de pesquisa numa mesma geração. Mas ninguém negaria que o trabalho de pesquisa em método e HPE tenha estado associado de forma freqüente e significativa, ainda que descontínua, à investigação em teoria econômica.

Não seria difícil sustentar que tal associação vem existindo desde o próprio surgimento da ciência econômica no iluminismo europeu. Adam Smith - para ficarmos num único exemplo - é também o autor de um extraordinário e pouco conhecido ensaio, muito admirado por filósofos da ciência contemporânea (cf. LAKATOS, 1978, p. 222), onde expõe suas idéias sobre a psicologia da investigação científica, ilustrada pela evolução da astronomia dos pré-socráticos a Newton. (SMITH, p. 1795)

Mas assim como ocorre nas demais áreas de ensino e pesquisa em economia, também o método e a HPE vêm se tornando cada vez mais especializadas nos últimos anos. Como em qualquer outra disciplina, a crescente especialização tem conseqüências - “conhecemos cada vez mais sobre cada vez menos”. Nem todas as conseqüências da especialização, contudo, são negativas.

Uma conseqüência favorável é que as discussões metodológicas no âmbito da economia têm se tornado mais sofisticadas, passando a se beneficiar de uma maior aproximação e intercâmbio com a filosofia da ciência contemporânea (ver, por exemplo, CALDWELL, 1982 e ROY, 1991). Analogamente, a pesquisa mais avançada em HPE reflete hoje princípios e

preocupações compartilhados com disciplinas voltadas exclusivamente para o estudo da história intelectual, como a história da ciência, a história das idéias ou, mais ambiciosamente, a história das mentalidades.

O propósito deste artigo é explorar **um aspecto** particular da relação entre método e HPE. Mais especificamente, trata-se de investigar como incide e como se define o problema do método na historiografia da ciência econômica, ou seja, nas tentativas de reconstruir de maneira mais abrangente e sistemática o passado da economia como disciplina especializada. Ao longo do artigo, buscarei identificar os princípios que orientam o trabalho de pesquisa em HPE e, desse modo, responder a duas questões básicas ligadas à filosofia da HPE.

A primeira dessas questões (seção 1) refere-se ao problema da **diversidade** de abordagens quando se trata de narrar o desenvolvimento da economia como disciplina científica. Se colocarmos lado a lado, por exemplo, numa espécie de “experimento mental”, dez dos mais importantes e influentes manuais de HPE das últimas décadas - Blaug (1978); Dasgupta (1985); Deane (1978); Dobb (1973); Eltis (1984); Galbraith (1987); Napoleoni (1973); Robbins (1952); Schumpeter (1954); e Stigler (1965) - não será difícil perceber que eles diferem substancialmente um do outro em termos de estrutura narrativa, conteúdo e estilo. A pergunta básica aqui é: por que essa diversidade? Como explicar tais disparidades na descrição e interpretação do que é, afinal, um corpo único e largamente comum de textos e teorias?

A segunda questão básica tratada no artigo (seções 1 e 2) é o problema da **relevância**. Por que preocupar-se com a história das idéias econômicas? Não seria melhor esquecer o passado - ou pelo menos o passado mais remoto -, abandonando autores antiquados e idéias ultrapassadas a fim de concentrar esforços na tarefa de acertar as contas com as controvérsias e tópicos na franja do momento? Como justificar racionalmente o investimento de tempo e atenção escassos na pesquisa em HPE?

A hipótese sustentada aqui é a de que por trás da diversidade de abordagens em HPE existem algumas opções metodológicas cruciais, entre as quais merecem destaque aquelas associadas a três pares centrais de conceitos: i) **externalismo x internalismo**; ii) **relativismo x absolutismo**; e iii) **antiquarianismo x anacronismo**.

Como tentarei mostrar no artigo, a investigação em história das idéias é parte integrante - em larga medida inseparável - do processo de inovação científica, inclusive nas ciências naturais e exatas. A preocupação com a origem das nossas idéias e com a genealogia da reflexão sobre determinado assunto não deve ser confundida com um antiquarianismo inconseqüente. Verifica-se, ao contrário, que tal preocupação, assim como o interesse nos fundamentos do conhecimento científico, costumam acompanhar de perto o esforço de pesquisa dos economistas teóricos mais férteis e criativos na história da disciplina.

### 1. A DIVERSIDADE DE ABORDAGENS NA HPE

Com relação à questão da diversidade, a primeira observação é que ela não é tão anômala quanto poderia parecer à primeira vista. Na verdade, ela encontra paralelo, pelo menos em alguma medida, na diversidade de abordagens que permeia a historiografia das várias ciências naturais especializadas. A raiz do problema remete-nos, aqui, à relação entre a **história** e a **filosofia** da ciência.

Existem - e tem existido tradicionalmente - diferentes respostas para as perguntas centrais da filosofia da ciência. O que é ciência? Como e por que ocorrem as descobertas científicas? (O problema das fontes da criatividade humana é notória **terra incógnita** - cf. OCHSE (1990), GRUBER (1981) e KOESTLER (1964)). A mudança científica é contínua ou descontínua? Ou, ainda, qual é o critério de demarcação, se é que existe algum, separando a ciência moderna de outras formas de empreendimento intelectual como arte e teologia?

Respostas distintas a essas - e outras - questões configuram diferentes filosofias da ciência. Mas diferentes filosofias da ciência, por sua vez, levam a abordagens alternativas da história da ciência. Em economia, assim como na biologia ou na física, reconstruções da evolução da disciplina pressupõem um arcabouço conceitual. O papel deste arcabouço, que pode ser mais ou menos explícito, mais ou menos compatível com as filosofias da ciência correntes, é estabelecer as perguntas relevantes para o historiador de idéias e, dessa forma, estruturar a narrativa histórica.

O modo como se escreve a história de uma dada ciência está intimamente ligado à visão que se tem do empreendimento científico. Uma ótima ilustração desse ponto é o relato feito por Thomas Kuhn sobre os resultados que obteve ao pedir a seus estudantes de pós-graduação que expusessem individualmente e por escrito o que leram em Galileu e Descartes: “O Galileu ou Descartes que aparecia nos trabalhos dos [alunos] filósofos era um melhor cientista ou filósofo, mas uma figura menos plausível de pensador do século 17, do que a figura apresentada pelos historiadores.” (KUHN, 1977, p. 7)

Uma fórmula concisa - adaptada de Kant - toca no nervo da questão: “A filosofia da ciência sem a história da ciência é **vazia**. A história da ciência sem a filosofia da ciência é **cega**” (cf. LAKATOS, 1978, p. 102; JAEGER, 1939, p. 150). Filósofos e historiadores da ciência não só podem, mas devem aprender uns com os outros se pretendem evitar, no seu esforço de pesquisa, os descaminhos simétricos da vacuidade (filosofia da ciência sem qualquer contato com a ciência **como ela é**) e da cegueira (história da ciência como narrativa desprovida de estrutura ou mera justaposição de fatos e descobertas desconexas).

O reconhecimento e aceitação desse ponto têm levado alguns historiadores da economia a tentar esclarecer suas posições metodológicas e resolver suas divergências historiográficas mediante um exame direto da filosofia da ciência contemporânea.

Phyllis Deane, por exemplo, na introdução de *Evolution of Economic Ideas* (1978), examina criticamente as teorias de mudança científica propostas por Popper, Kuhn e Lakatos. Sem adotar integralmente nenhuma dessas teorias como guia para seu trabalho, Deane considera suas implicações para o entendimento da evolução da economia. É fácil notar como muitas das questões que serão analisadas posteriormente, no corpo principal do trabalho de Deane, seguem pistas de investigação sugeridas pelo estudo da filosofia da ciência.

Estratégia análoga é seguida por Mark Blaug, embora ele, ao contrário de Deane, defina-se claramente pela adoção de uma metodologia historiográfica específica. No artigo ‘*Kuhn versus Lakatos*’ (1975), Blaug rejeita a abordagem kuhniana e defende fortemente a adoção da “metodologia dos programas de

pesquisa científica” formulada por Lakatos - uma reformulação da filosofia da ciência de Popper, criada para fazer frente às críticas contundentes de Kuhn (cf. LAKATOS & MUSGRAVE, 1970).

Uma questão interessante é avaliar até que ponto as teorias da ciência de Kuhn, Lakatos e outros filósofos contemporâneos, criadas originalmente para lidar com os problemas das ciências naturais maduras, podem ser úteis para entender também o que se passa na conturbada província da economia. Afinal, como ironizou Schumpeter, “*a economia está para a astronomia assim como São Domingos está para a França.*” (SCHUMPETER, 1954, p. 919) Mas o ponto básico que gostaria de enfatizar aqui, contudo, é que o paralelo com as ciências naturais **não** deve ser levado longe demais.

Existe um terreno comum e todos estão de acordo que os pesquisadores em história das idéias têm muito a aprender com a filosofia da ciência. Mas o velho ponto permanece. A economia é uma ciência **social** cujo objeto - para usarmos a formulação marshalliana - é “*o estudo da humanidade nos assuntos práticos da vida*” (“the study of mankind in the ordinary business of life”). O entendimento de sua origem e das vicissitudes da sua evolução suscitam questões que **não** encontram paralelo na investigação das ciências que tem como objeto processos puramente naturais.

Como tentarei sugerir abaixo, são exatamente essas questões referentes ao caráter da economia como ciência social que explicam - mais do que qualquer outra coisa - a existência de um grau de diversidade maior na historiografia das idéias econômicas do que na das idéias científicas em geral.

### 1.1. Externalismo x Internalismo

Para começar existe o fato óbvio, mas nem por isso menos crucial, de que o próprio objeto da economia é ele mesmo um processo histórico singular, de modo que, em grande medida, as teorias econômicas de diferentes épocas lidam com diferentes conjuntos de fenômenos e problemas. (SCHUMPETER, 1954, p. 5)

A matéria sobre a qual se debruçam o químico ou o físico é sempre a mesma. Suas teorias e resultados poderiam ter sido obtidos, por assim dizer, por Adão ou Eva no sétimo dia da criação, caso dispusessem do equipamento e

qualificação requeridos. Como afirmou o filósofo Malebranche, expressando o ponto de vista do cientista natural cartesiano diante do seu objeto de investigação: “*Só me interessa o que Adão pudesse também conhecer.*” (CASSIRER, 1951, p. 201) “*O desprezo dos cartesianos, no século 17, por estudos históricos era notório, e foi atacado pelo pioneiro no desenvolvimento inicial da filosofia da história, Vico, na **Scienza Nuova.***” (LOVEJOY, 1955, p. 175)

Mas o economista, ao contrário, lida com uma matéria que se transforma constantemente. Os problemas da ciência econômica **não** são inteiramente gerados pelo desdobramento do processo de pesquisa - fatores internos -, mas dependem de fatores exógenos, isto é, situações-problema de caráter histórico e mais ou menos transitório. São fenômenos como, por exemplo, a existência de má-nutrição e pobreza absoluta; ou a ocorrência de desemprego involuntário e inflação; ou, ainda, o esgotamento de recursos não-renováveis e a decadência ambiental - todos eles problemas gerados **na sociedade**, desafiando os praticantes da disciplina e demandando soluções práticas. Problemas que Adão e Eva, em sua inocência, jamais poderiam haver conhecido.

Como observou com muita clareza Hicks - e vários outros economistas modernos, de Keynes e Kalecki a Joan Robinson, Georgescu-Roegen, Leontief, Morishima e Boulding, entre outros, poderiam ser igualmente citados - a ciência econômica lida com uma realidade mutante:

*“Uma teoria que ilumina as coisas certas agora, pode iluminar as coisas erradas em outro momento... Não existe teoria econômica que fará para nós tudo que poderíamos desejar dela durante todo o tempo... Poderemos [algum dia] rejeitar nossas teorias atuais não porque estejam erradas em si, mas porque se tornaram inapropriadas [diante da realidade econômica].”*  
(HICKS, 1976, p. 208)

As implicações dessa observação para a historiografia da economia são profundas, pois ao analisarmos os dez manuais de HPE referidos acima (p. 2) verificamos que eles divergem marcadamente no modo como incorporaram esse fato nas histórias que contam.

Alguns - como por exemplo Dasgupta (1985), Dobb (1973), Deane (1978) e Galbraith (1987) - trazem-no para o primeiro plano da narrativa e estão sistematicamente procurando mostrar como o pensamento econômico, por mais abstrato que possa à primeira vista parecer, refere-se sempre a uma situação-problema particular, e portanto somente pode ser corretamente compreendido como uma resposta mais ou menos sofisticada a questões econômicas surgidas na sociedade, ou seja, independentemente do desdobramento interno da própria teoria econômica. A idéia básica é bem sintetizada por Deane:

*“Os processos econômicos mudam no tempo em função de mudanças nas instituições econômicas, sociais e políticas. Teorias e conceitos podem gradualmente afastar-se da verdade objetiva porque a natureza da realidade econômica está mudando... Pode ser que as alterações nas doutrinas que os economistas consideram ortodoxas sejam com maior frequência o resultado de mudanças autônomas na situação-problema, levando a mudanças na forma de explicação, do que de tentativas objetivando testar a validade lógica ou empírica da teoria existente.”* (DEANE, 1978, xiii)

Assim, a obsolescência - e não qualquer tipo de refutação teórica gerada no interior da comunidade científica - seria o principal motor da mudança na teoria econômica. À medida que o conteúdo empírico dos problemas econômicos muda, assim também o fariam - com maior ou menor velocidade - o escopo da disciplina, as técnicas de análise e a ortodoxia teórica vigente.

Da mesma forma Dobb - cujo interesse básico é mostrar o papel da ideologia na teorização econômica - descreve como tarefa central do seu trabalho em HPE:

*“Identificar, em casos particulares, a extensão em que o pensamento é moldado pelos problemas que emergem a partir de um contexto social específico... Independentemente do que se possa esperar a priori, a história da economia política, já a partir de sua origem, revela com abundante clareza quão proximamente (e até mesmo de forma deliberada) a formação da teoria econômica esteve ligada à formação e defesa de políticas econômicas... Os novos conceitos e estruturas formais*



*são motivadas tanto pelo desejo de dar respostas às insuficiências dos nossos predecessores no tocante à relevância e realismo de suas teorias, quanto pela necessidade de dar respostas aos problemas contemporâneos.” (DOBB, 1973, p. 16 e 37)*

Do ponto de vista externalista, portanto, é tarefa central do historiador intelectual resgatar o contexto **prático**, isto é, os problemas concretos e urgentes da economia real, que teriam levado os economistas de diferentes gerações a rever os pressupostos, raciocínios e conclusões de seus antecessores. São estes problemas - como, por exemplo, o preço dos cereais em 1815, o desemprego nos anos 30, a estagnação na década de 70 ou a derrocada do sistema soviético em nossos dias - que dão o impulso no sentido de repensar e revisar a estrutura conceitual dos principais programas de pesquisa em economia.

Um conceito mais amplo de externalismo é aquele que procura mostrar como, além das questões de ordem prática, também o contexto **intelectual** pode exercer uma influência significativa no processo de investigação econômica. Exemplos desta abordagem são trabalhos como os de: Bonar (1922) sobre as relações históricas entre correntes de pensamento filosófico (naturalismo, utilitarismo, materialismo dialético e evolucionismo) e escolas de economia política; Lukács (1975) e Hyppolite (1973) sobre as origens hegelianas da crítica de Marx à economia clássica; e Mirowski (1984) sobre o impacto da física termodinâmica do início do século 19 na chamada “revolução marginalista” e na matematização da teoria econômica.

Ocorre, entretanto, que nem todos os historiadores da ciência econômica aceitam a posição externalista em HPE. Autores como Blaug (1978), Schumpeter (1954) e Stigler (1965) possuem noções bastante diferentes sobre como lidar com a relação entre a evolução das idéias, de um lado, e a história econômica e intelectual da sociedade, de outro.

Nenhum deles negaria, é óbvio, o fato de que a teoria econômica de épocas distintas lida com conjuntos de problemas significativamente distintos. Não obstante, em suas respectivas histórias da ciência econômica eles decidiram abstrair inteiramente essa dimensão. O leitor dessas obras verifica que elas

apresentam a evolução interna da teoria econômica sem fazer qualquer tipo de referência aos fatos e problemas econômicos da época em que viveu o autor. O contexto prático está ausente. Por que?

A razão é que a preocupação central de Blaug, Schumpeter e Stigler como historiadores não é predominantemente **histórica**. O objetivo que os guia não é, como no caso do primeiro grupo de autores, tentar enriquecer, tanto quanto for possível, a nossa compreensão daquilo que ocorreu em determinado tempo e lugar. Não se trata, para estes autores, de tentar reconstruir “de dentro” - e usando para isso alguma forma de imaginação histórica - as situações-problema e raciocínios que configuram evolução da economia, de modo a torná-los mais inteligíveis para nós.

Como será visto abaixo, tanto Schumpeter quanto Stigler e Blaug têm outros fins em vista quando se propõem a narrar a história da ciência econômica. Seu objetivo primeiro é demonstrar a existência de **progresso** contínuo e inequívoco na evolução da economia como disciplina científica. O caminho até o presente governa a reconstrução do passado. Sua preocupação com o passado, em suma, é de natureza teórica mais do que propriamente histórica. Incentivar o avanço da teoria econômica é o propósito que os move.

Ao estudar um grande economista do passado, a atitude dos internalistas não é a do historiador das idéias que aborda o autor com o que Bertrand Russell chamou, em sua monumental *History of Western Philosophy* (1945), de uma espécie de “empatia hipotética” que busca, acima de tudo, tentar descobrir o que deveria ter sido viver na sua época, partilhar de suas crenças filosóficas e acreditar em suas teorias, por mais errôneas, aberrantes ou difíceis de captar que possam nos parecer hoje em dia.

Ao contrário, Schumpeter, Stigler e Blaug escrevem como economistas profissionais que reconstróem o “caminho até aqui” da teoria econômica, identificam as contribuições decisivas para o avanço do conhecimento e, principalmente, preparam o terreno e indicam o caminho para os próximos passos. Como sugere Stigler, “*nem os problemas econômicos populares nem os eventos heróicos influenciam muito o desenvolvimento da teoria econômica... A influência dominante no horizonte de trabalho dos economistas teóricos é o conjunto de valores internos e pressões da disciplina*” (citado em COASE, 1994, p. 202; COASE (1992) implicitamente nega esta posição).

Se a historiografia do iluminismo, tal como definida por Lord Bolingbroke (1735, p. 177) e tal como praticada, entre outros, por Adam Smith (1795), foi descrita pelo século 19 como “a filosofia ensinando por meio de exemplos”, podemos dizer agora que, para os internalistas em HPE sequiosos em provar a existência de progresso inequívoco na evolução da disciplina, a história das idéias tende a tornar-se serva da ortodoxia econômica vigente. A HPE é, nessa perspectiva, a teoria correntemente aceita ensinando por meio de exemplos, ou seja, dos erros, omissões, desvios e acertos do passado.

## 2.2. Relativismo x Absolutismo

A primeira questão que se oferece para quem pretende promover a idéia de que a evolução da economia exhibe progresso e a tarefa do historiador seria a de trazer à luz a constituição gradual de um corpo de conhecimento objetivo hoje aceito é: como exorcizar o fantasma do **relativismo**?

Relativismo, em história das idéias, é a noção de que a primeira obrigação do historiador intelectual é adaptar seus instrumentos e medidas ao seu objeto de investigação, ao invés de forçá-lo num padrão uniforme e predefinido. Se você estuda, para tomarmos um exemplo extremo, a física aristotélica, você deve tentar entendê-la nos seus próprios termos e esforçar-se para compreender como a rede de proposições que a constitui pode parecer plausível à medida que certos pressupostos-chave são adotados.

De nada valeria, diante da física aristotélica, invocar os padrões e critérios que presidem a física moderna e concluir que ela representou pouco mais que um conjunto de aberrações incoerentes e infundadas - conjecturas toscas que qualquer ginásiano pode hoje facilmente demolir. O fato é que o sistema aristotélico - que Descartes tanto ridicularizou em sua física - foi aceito como verdadeiro pelos melhores cérebros da humanidade durante séculos, até que o solo conceitual sobre o qual ele se mantinha terminou cedendo. Como sabemos, não demorou uma pequena fração desse tempo até que o sistema cartesiano encontrasse um destino análogo e a física de Descartes - tal como formulada no seu ambicioso tratado *le Monde* (1644) - se tomasse ela própria objeto de ridicularização. (cf. LARMORE, 1980)

Para o historiador de idéias, a lição que fica é admiravelmente expressa por Kuhn:

*“Quando lemos os trabalhos de um pensador importante, devemos procurar em primeiro lugar os absurdos aparentes no texto e perguntar como uma pessoa sensata poderia tê-los escrito. Quando se encontra uma resposta, quando aquelas passagens começam a fazer sentido, então podemos vir a descobrir que passagens mais centrais, passagens que previamente havíamos pensado compreender, mudaram de significado.” (KUHN, 1977, p. 18)*

A pesquisa em história das idéias corrobora, dessa forma, a máxima formulada por Goethe: *“Até mesmo os maiores pensadores estão presos ao seu século por alguma fraqueza.”*

Na província da economia, a tese relativista ganha força adicional por dois motivos. **Primeiro** porque, como observado acima, o objeto de estudo está longe de ser estável. Como podemos comparar e hierarquizar teorias que se propõem a elucidar situações-problema díspares? Com base no que se poderia argumentar, por exemplo, que o sistema marshalliano representa um progresso significativo em relação ao de Mill ou ao de Adam Smith, se as respostas que ele oferece não são para as mesmas questões?

E **segundo**, devido ao fato conhecido de que a ocorrência de refutações inequívocas, amplamente aceitas, tem sido uma ave excepcionalmente rara no universo da ciência econômica. Exceções, é claro, - existem - o ciclo solar-comercial de Jevons é uma delas. Mas a própria dificuldade de encontrá-las revela a raridade desse tipo de ocorrência.

Assim, não é apenas o fato de que os economistas, ao longo do tempo, têm respondido a questões essencialmente distintas e com propósitos distintos. Trata-se, também, do fato de que, das principais respostas apresentadas, nenhuma foi falsificada mediante testes lógicos ou empírico-experimentais. Se os grandes economistas do passado encontram-se “mortos e enterrados” - e não há consenso sobre quais deveriam ser deixados às traças -, isso não se deve ao fato de que suas idéias tenham sido propriamente sacrificadas no altar da lógica ou no confronto com evidência empírica desfavorável.

Ao contrário das ciências naturais, em suma, a ciência econômica não destrói o seu passado - simplesmente o esquece e segue em frente. Como dar, então, sentido à noção de **progresso científico** no contexto de uma disciplina em que falsificações inequívocas são virtualmente inexistentes?

É a esse desafio que Blaug e Schumpeter, entre outros, procuraram dar resposta em seus trabalhos de HPE. Se se pretende defender o caráter progressivo da ciência econômica, então o ponto de vista relativista precisa ser exorcizado. O que é preciso, nesse caso, é um critério que nos permita definir o que é progresso na evolução do pensamento econômico e, sobretudo, como as contribuições importantes podem ser julgadas e ordenadas de acordo com o sistema métrico escolhido. A “empatia hipotética” do anjo relativista dá lugar ao veredicto do sisudo juiz absolutista.

Schumpeter, em sua monumental *History of Economic Analysis* (HEA), concebeu um estratagema engenhoso para dar sentido à noção de progresso na teoria econômica e torná-la incontroversa. Sua solução é essencialmente a seguinte.

Ao invés de concentrar a narrativa sobre a evolução da **teoria** econômica (as asserções dos economistas teóricos sobre os fenômenos do mundo econômico real), ou sobre a evolução das **doutrinas** econômicas (as asserções sobre o mundo como ele é mais aquelas sobre o mundo como ele deveria ser), Schumpeter propõe-se a deslocar todo o foco da narrativa para o que ele chamou de **análise** econômica, ou seja: as técnicas de raciocínio e exposição elaboradas pelos economistas teóricos no esforço de organizar, descrever e explicar aspectos da realidade econômica.

Em outras palavras, ele deslocou o centro de gravidade da sua reconstrução do pensamento econômico, retirando-o da ciência econômica positiva e da doutrina econômica para privilegiar marcadamente as técnicas formais de análise - daí inclusive o título do livro - desenvolvidas pelos economistas para vestir e comunicar suas asserções substantivas sobre o processo econômico. Essas técnicas formais são aquelas que ele veio a batizar de modo variado em seu livro como: “*tools of analysis*”, “*box of theoretical or statistical tools*”, “*analytic apparatus*”, “*conceptual constructs*”, “*stainless-steel concepts*”, “*engine of analysis*”, “*cold metal of economic theory*”, “*boxes of tools*”, “*sum total of gadgets*”, “*instruments or tools framed for the purpose of establishing interesting results*” etc.

Tais instrumentos de análise, de acordo com a visão de Schumpeter, transcenderiam o contexto original onde foram forjados e teriam um valor permanente, não importando a sua origem e o uso que deles tenha sido feito por economistas pertencendo a diferentes escolas de pensamento. São

ferramentas analíticas tais como, por exemplo, a função de produção, o multiplicador, as curvas de indiferença, a equação monetária de Fisher, a matriz insumo-produto ou, ainda, conceitos como os de custo de oportunidade, propensão a consumir, utilidade marginal etc., e que teriam - como no caso da tecnologia industrial no mundo da produção - a propriedade de aplicabilidade geral aos fenômenos econômicos.

Assim, não importando quão “contaminada” seja uma dada contribuição à teoria econômica pela história socioeconômica, por premissas filosóficas inadequadas ou pelo viés ideológico do autor, as **técnicas de análise** que ela carrega teriam um valor intrínseco, no sentido de que podem ser isoladas, transmitidas e perfeitamente aplicadas a qualquer fenômeno pertinente ou situação histórica, por economistas adotando outras premissas filosóficas e ocupando posições distintas no espectro ideológico.

É a história da conquista gradual dessa tecnologia sofisticada de análise econômica - um *“instrumento compósito ou máquina ou órgão de análise econômica que funciona formalmente da mesma maneira qualquer que seja o problema econômico sobre o qual nos debruçamos”* - que Schumpeter pretendeu reconstruir na HEA.

E é essa a estratégia que permite Schumpeter manter a ameaça relativista à distância, rejeitando a noção de que a história da ciência econômica não passa, por exemplo, de uma história de ideologias na qual nada se pode dizer em defesa da validade de seus métodos e resultados. Embora admitindo que a economia é muito afetada pelo vírus do conflito social, preconceito filosófico e situações-problema contingentes, Schumpeter argumenta que, não obstante, as ferramentas de análise forjadas espontaneamente na prática da investigação configuram um patrimônio capaz de garantir o caráter progressivo, universal e ideologicamente neutro da história que vai contar.

Dessa forma, quando perguntaram a Schumpeter, em 1941, se o sistema marshalliano estava fadado a ser ultrapassado da mesma forma como o sistema de Mill havia sido, ele respondeu, cheio de confiança:

*“Num certo sentido a ciência econômica marshalliana já está ultrapassada. Não são as considerações de Marshall sobre os problemas práticos, questões sociais e assuntos afins que estão tão obsoletos. O que importa é que o seu aparato analítico*

*está obsoleto, e que isso teria acontecido mesmo que nada houvesse ocorrido para mudar nossas atitudes políticas. Se a história houvesse ficado parada, marcando passo, e nada a não ser a análise houvesse continuado, o veredicto teria que ser o mesmo.* “ (SCHUMPETER, 1951, p. 91-2)

De fato, como ele veio a escrever na introdução da HEA, “*isso define de uma maneira consensual e perfeitamente inequívoca em que sentido houve ‘progresso científico’ entre Mill e Samuelson. Trata-se do mesmo sentido em que podemos dizer que houve progresso tecnológico na extração de dentes entre a época de John Stuart Mill e a nossa própria época.*” (SCHUMPETER, 1954, p. 39)

O problema com a abordagem instrumentalista de Schumpeter é que embora ela ofereça uma saída com relação ao relativismo na HPE, ela o faz jogando fora o bebê junto da água do banho. Sua solução, apesar de engenhosa e sob muitos aspectos atraente, não satisfaz alguns requisitos importantes.

O principal argumento aqui é de ordem epistemológica. O refinamento técnico e o uso de instrumentos de análise altamente sofisticados estão longe de ser garantias adequadas com relação aos méritos **cognitivos** de um conjunto de proposições que procura descrever ou explicar um dado sistema ou estado de coisas.

Não é difícil, por exemplo, conceber um aparato formal e matemático da mais alta sofisticação, ou técnicas avançadas de modelagem e simulação, sendo mobilizados postos a serviço de pseudociências como, por exemplo, a “biologia proletária.” (cf. MEDVEDEV, 1969) ou a frenologia (cf. GOULD, 1981). A astrologia computadorizada é outro exemplo. Por outro lado, podemos lembrar que avanços decisivos na ciência moderna - como a teoria da população de Malthus, a teoria darwiniana do mecanismo da evolução da espécie e a descoberta do DNA nos anos 50 - não dependeram de instrumental analítico ou formal extremamente refinado. (cf. PASSMORE, 1978)

O progresso científico é função do poder explicativo e de predição de uma teoria, não do seu refinamento formal. Nesse sentido, é enganoso sugerir que tenha havido progresso na ciência econômica entre, digamos, Mill e Samuelson, simplesmente porque o último reveste os seus argumentos substantivos com uma maior elegância ou precisão formal. De fato, como já assinalava Nietzsche: “*É uma ilusão que algo seja conhecido quando possuímos*

*uma fórmula matemática para um evento: ele foi apenas designado, descrito; nada mais.*” (NIETZSCHE, 1967, p. 335; cf. MARSHALL, 1925, p. 427) “*Na vida nunca é uma proposição matemática aquilo de que precisamos, mas utilizamos proposições matemáticas apenas com o intuito de inferir de proposições que não pertencem à matemática outras que igualmente não pertencem à matemática.*” (WITTGENSTEIN, 1922, 169) Os instrumentos devem ser julgados pelos resultados práticos e cognitivos que nos ajudam a obter e não pelas suas propriedades formais.

É digna de atenção, a esse respeito, a contundente crítica de Popper dirigida à abordagem instrumentalista da ciência, numa passagem que, *mutatis mutandis*, descreveria com perfeição a posição predominante em ciência econômica no pós-guerra. Referindo-se às teses instrumentalistas do filósofo da ciência tcheco Ernst Mach - que é, por sinal, quem inspirou diretamente o projeto da HEA e toda a abordagem de Schumpeter em metodologia e filosofia da ciência (cf. SILVA, 1994) -, Popper faz o seguinte comentário:

*“Poucos, se é que algum, dos físicos que agora aceitam o ponto de vista instrumentalista estão conscientes de que aceitaram uma teoria filosófica. Muito menos tem eles consciência de que ao fazerem isso romperam com a tradição de Galileo. Ao contrário, a maioria pensa que assim se mantém à distância da filosofia. E a maioria deles, de qualquer maneira, já não se importa mais. O que importa para eles, como físicos, é, em primeiro lugar, o domínio do formalismo matemático, ou seja, do instrumento; e em segundo lugar, suas aplicações; e não se importam com mais nada. E ainda por cima, eles pensam que assim excluindo tudo o mais eles finalmente se livraram, de uma vez por todas, de toda a tolice filosófica.”* (POPPER, 1963, p. 99-100)

A evidência da história da ciência, vale notar, sugere precisamente que os grandes cientistas tendem, de uma forma geral, a se preocupar com questões filosóficas, tanto no sentido de esclarecer os fundamentos sobre os quais erguem suas teorias, quanto no de tentar compreender as implicações filosóficas de suas idéias. Como observa o filósofo alemão Ernest Cassirer:



“O estudo da história da física mostra que precisamente as suas maiores e mais profundas conquistas são aquelas que se encontram em mais próxima conexão com considerações de caráter epistemológico. **Os Diálogos Sobre os Dois Sistemas do Universo** de Galileo estão repletos com tais considerações e os seus oponentes aristotélicos podiam acusar Galileo de que ele havia devotado mais anos para o estudo da filosofia do que meses para o estudo da física.” (CASSIRER, 1923, p. 353)

Considerações análogas valem para inúmeros expoentes da ciência moderna, desde Kepler, Descartes, Newton e Darwin até Maxwell, Einstein, Sperry e Hawking. “A ciência natural não pode prosseguir por muito tempo sem que a filosofia comece.” (COLLINGWOOD, 1960, p. 2)

Fora isso, o leitor da HEA percebe claramente como o próprio Schumpeter deixou de cumprir, na prática narrativa, aquilo que ele pregou como o método historiográfico a ser adotado nessa obra, pois se ele tivesse de fato aderido ao ponto de vista instrumentalista, o resultado final teria sido extremamente rarefeito. Quem melhor notou essa peculiaridade da HEA foi Dobb, na introdução a *Theories of Value and Distribution*:

“Se a análise da qual fala Schumpeter é uma estrutura puramente formal, sem qualquer relação com problemas econômicos ou questões para as quais foi concebida como resposta, [então] ela não pode ser identificada com a história das teorias econômicas, uma vez que essas teorias estão muito ocupadas com proposições substantivas, mesmo que num nível bastante geral.” (DOBB, 1973, p. 4)

Em suma, houvesse Schumpeter feito estritamente aquilo a que se propôs, e escrito uma história desse núcleo de técnicas formais e instrumentos de análise econômica, então seu livro não teria nada a ver com a economia enquanto projeto cognitivo. O resultado final estaria restrito à descrição do aprimoramento de construções puramente formais, incapazes, como tal, de produzir qualquer explicação ou previsão acerca de eventos econômicos.

De fato, é claro, a HEA contém alguma coisa sobre o aparato técnico da teoria econômica, mas contém ainda mais sobre a própria teoria, a economia normativa e outras áreas da HPE, para não falarmos nas digressões eruditas sobre os mais diversos e recônditos autores e assuntos, não somente em ciência econômica mas nas ciências humanas como um todo.

### 2.3. Antiquarianismo x Anacronismo

Quanto à *Economic Theory in Retrospect*, de Blaug, o problema maior está na “falácia anacrônica” da abordagem. Trata-se de um trabalho útil, que oferece ao leitor um painel rigoroso do “caminho até aqui” da teoria econômica e sumários competentes das obras canônicas na evolução da ciência econômica - todas elas convenientemente traduzidas para o jargão da economia acadêmica profissional. Talvez a melhor coisa a dizer sobre o livro como projeto historiográfico é que ele é estritamente fiel ao título.

O problema central é que Blaug se propõe a reconstruir o passado de modo racional, ou seja, como se ele não passasse de uma versão empobrecida, ainda ingênua, do que veio a se tornar a economia acadêmica anglo-americana no pós-guerra. Dessa forma - e principalmente nos seus comentários e avaliações dos economistas dos séculos 18 e 19 -, Blaug tende a cometer o que se convencionou chamar, em história das idéias, de **falácia anacrônica** - o hábito de reduzir o passado ao *status* de um “presente espúrio”. (KRUGER, 1984)

Os grandes economistas teóricos do passado aparecem, nesse contexto, como “cópias primitivas” - como aproximações mais ou menos fiéis - dos teóricos contemporâneos. É como se estivessem, no fundo, se esforçando para formular as teses e teorias hoje aceitas, mas fossem ainda incapazes disso e não estivessem à altura de fazê-lo de forma plena e satisfatória.

Sua referência essencial ao presente - e daí a propriedade do termo “retrospecto” no título da obra - torna-se manifesta na tendência a reconstruir as contribuições passadas à teoria econômica como se fossem aproximações imperfeitas do “estado das artes” presente. É o próprio Blaug, por sinal, quem, logo no prefácio, alerta: “*Meu propósito é ensinar a teoria econômica contemporânea.*” (BLAUG, 1978, p. vii)

Assim, embora em seu tipo de abordagem específico seja difícil para qualquer outro praticante de HPE rivalizar com o notável trabalho de Blaug, a seleção de tópicos para estudo acaba se revelando extremamente limitada. E isso, é claro, compromete ainda mais o seu tratamento daqueles economistas que claramente consideravam a teoria econômica como parte integrante de um projeto filosófico e prático-normativo mais amplo. A essa classe pertencem, entre outros, autores como Smith, Mill, Marx e Marshall, para ficarmos apenas nos mais importantes em termos de impacto em sua própria época (para um notável contraponto à abordagem de Blaug ver BONAR, 1922).

Mais recentemente, vale acrescentar, Blaug tem procurado desenvolver uma posição historiográfica mais sofisticada, adotando para isso a “metodologia dos programas de pesquisa científica” desenvolvida pelo filósofo da ciência húngaro Lakatos. O fato, contudo, é que a posição sustentada por Blaug em sua comparação das abordagens de Lakatos e Kuhn revela-se um tanto equivocada em pontos cruciais.

Primeiro, porque ele acaba revelando um entendimento bastante falho do que é a história das idéias na abordagem kuhniana. Evidência dessa má compreensão é, por exemplo, sua afirmação de que “*o traço distintivo da metodologia de Kuhn não é o conceito de paradigmas que foi objeto de tanto debate, mas sim aquele de ‘revoluções científicas’ como descontinuidades abruptas no desenvolvimento da ciência, e particularmente a noção de uma ampla falha de comunicação durante períodos de ‘crise revolucionária’.*” (BLAUG, 1975, p. 403)

O fato, entretanto, é que na verdade não há nada de novo ou original na idéia de “revolução científica” discutida por Kuhn. Como nos mostra com formidável riqueza de detalhes o grande estudioso da física newtoniana Bernard Cohen, o conceito de “revolução científica” vem sendo regularmente empregado por historiadores da ciência desde o final do século 18: “*De fato, por cerca de três séculos tem havido uma tradição mais ou menos sem rupturas que vê a mudança científica como uma seqüência de revoluções.*” (COHEN, 1976, p. 257) Além de filósofos como Fontenelle e d’Alembert, citados por Cohen, podemos lembrar ainda o ensaio de Adam Smith sobre a história da astronomia (1795) como pertencendo a essa mesma tradição.

Ainda mais questionável é a tese de Blaug de que “*o que Kuhn realmente fez foi fundir prescrição e descrição, deduzindo sua metodologia da história, em vez de criticar a história com a ajuda da metodologia.*” (BLAUG, 1975, p. 405) De fato

- e ao contrário de Lakatos - Kuhn não se propõe a “criticar a história com a ajuda da metodologia”, ou seja, a adotar uma metodologia de “reconstrução racional” da história da ciência, na qual os eventuais “desvios” cometidos pelos cientistas com relação à racionalidade imputada não teriam lugar no texto principal, mas seriam relegados a notas de rodapé, como chega a sugerir literalmente Lakatos: *“Um modo de indicar as discrepâncias entre a história e sua reconstrução racional é relatar a história interna no texto e indicar, em notas de rodapé, como a história verdadeira ‘portou-se mal’, à luz de sua reconstrução racional.”* (LAKATOS, 1978, p. 120)

O que é realmente difícil de aceitar, no entanto, é a afirmação de Blaug de que a abordagem de Kuhn contém um vetor prescritivo ou uma metodologia que defende um código apropriado de comportamento científico. Isto porque foi exatamente **em oposição** a essa atitude historiográfica - a que se vale da imposição de um padrão de racionalidade preestabelecido sobre o material a ser investigado - que surgiu a história das idéias contemporânea, desenvolvida originalmente por autores como Cassirer, Lovejoy (o pai do *Journal of the History of Ideas*), Burt e Koyré, e da qual o trabalho de Kuhn em história da ciência é - como ele mesmo diz (KUHN, 1977, p. 141-2) - um desdobramento natural.

Ao criticar a falácia anacrônica em HPE, não se trata, é claro, de ir para o extremo oposto de um antiquarianismo ingênuo que pretenderia preservar intato o passado - o sonho duvidoso de uma história das idéias emulando o esteticismo extremo da “arte pela arte”. Em qualquer época, o passado sempre é visto, em alguma medida, no contexto das categorias e debates presentes. Não existe estudo ou pesquisa desinteressados do “passado pelo passado”. A única questão é: como proceder e o que fazer diante disso?

De um lado, a chamada “reconstrução racional” lakatosiana - defendida na HPE por Blaug - aplica filtros poderosos e se propõe a “corrigir o passado” e a apresentar uma versão retrospectiva e “melhorada” do que teria efetivamente ocorrido. Ao fazer esta opção, a história da ciência em geral - e a HPE em particular - se curvam diante da autoridade normativa da filosofia da ciência e da noção de racionalidade escolhidas.

A tradição de história das idéias adotada por Kuhn, por outro lado, procura evitar o anacronismo implícito nesta posição, bem como a postura do antiquário ou visitante de museu. Do ponto de vista metodológico, trata-se

de afirmar a autonomia e a integridade do entendimento histórico diante das pretensões hegemônicas de qualquer versão da racionalidade científica. O objetivo é preservar abertos pelo menos alguns canais de acesso à diversidade original e ao sentido próprio das idéias que suscitaram reações e interesse no tempo. O filtro, é claro, existe, mas o foco é mais sensível e a abertura da lente maior.

### 3. PARA QUE SERVE A HPE?

Resta, agora, abordar diretamente a segunda questão levantada no início do artigo. Se o propósito da HPE não é “ensinar a teoria econômica contemporânea” ou estabelecer um critério de progresso do conhecimento a qualquer preço, como fazem abertamente Blaug e Schumpeter, então com que finalidade estudá-la? Para que serve a pesquisa em HPE?

A questão, obviamente, não tem nada novo, e praticamente todo livro-texto de HPE contém algum argumento - em geral defensivo - no sentido de introduzir e justificar o empreendimento. Tomando como base algumas das respostas encontradas e buscando agrupá-las em categorias mais amplas, três grupos de “justificação existencial” podem ser identificados:

- 1) Porque é somente mediante o estudo de HPE que podemos alcançar alguma compreensão de como a disciplina se transformou naquilo que é hoje, e isso aumenta o nosso conhecimento dos seus métodos, limites, problemas e resultados. Ninguém pensa num vácuo. As novas idéias nunca são “relâmpagos em céu azul” e, como costumava dizer Adam Smith (adaptando fórmula clássica), “*não existe absurdo que ainda não tenha encontrado seu porta-voz.*” A identidade da economia como disciplina intelectual é função de seu passado e das tradições dentro das quais as próprias noções de originalidade e inovação adquirem sentido. Sem passado, não há criação.
- 2) Porque a consulta com a sua própria história é um dos mais valiosos recursos pelos quais qualquer ciência se ajusta às condições mutantes do presente. Um grande exemplo aqui é o caso de Copérnico, que apenas sentiu-se seguro para propor o sistema heliocêntrico quando descobriu que, também entre os gregos clássicos, o sistema geocêntrico já havia sido contestado e a hipótese heliocêntrica já havia sido levantada. Da mesma forma, a HPE

pode - e com frequência parece ser de fato - uma fonte de inspiração para a pesquisa contemporânea. Como observa Schumpeter, “*é muito maior a probabilidade de que sugestões estimulantes e lições úteis - mesmo que desconcertantes - ocorram ao economista que estuda a história de sua disciplina, do que ao físico; pois este pode, em geral, estar seguro que nada de maior valor ficou perdido no trabalho de seus predecessores.*” (SCHUMPETER, 1954, p. 5)

- 3) Porque o estudo de HPE constitui uma lição prática sobre a mente humana em funcionamento, isto é, a maneira como a mente seleciona e aborda problemas científicos, busca conhecimento objetivo, faz julgamentos valorativos e procura persuadir outras mentes acerca de suas conclusões. Ao estudarmos a origem, o desenvolvimento, o impacto e os mal-entendidos provocados por um grande clássico na HPE, temos a oportunidade de observar um verdadeiro laboratório de busca, produção, seleção e disseminação de confusão e conhecimento no campo da economia. (cf. FONSECA, 1991)

A HPE é este laboratório. Uma arena onde encontramos não o método de pesquisa e persuasão estritamente racionais - a ciência **como ela deveria** ser dos metodólogos e filósofos da ciência -, mas os métodos efetivamente praticados pelos economistas ao tentarem entender o mundo como ele é e movê-lo na direção almejada. Este exercício da imaginação histórica tem uma função importante. Ele nos ajuda a entender melhor e a aperfeiçoar as nossas próprias estratégias de conhecimento, reflexão moral e persuasão. A economia, como a arte e a filosofia, não destrói o seu passado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLAUG, M. *Economic theory in retrospect*. Cambridge, 1978.

\_\_\_\_\_. Kuhn versus Lakatos, or paradigms versus research programmes in the history of economies. In: *History of Political Economy*, v. 7, p. 399-432, 1975.

BONAR, J. *Philosophy and political economy*. Londres, 1922.

BOLINGBROKE, H. St. J. Letters on the study and use of history (1735). In: *The works of Lord Bolingbroke*. v. 2, Londres, 1844.

BURTT, E.A. *The metaphysical foundations of modern science*. Londres, 1932.

CALDWELL, B. *Beyond Positivism*. Londres, 1982.

CASSIRER, E. *The philosophy of the enlightenment*. Londres, 1951.

- \_\_\_\_\_. *Substance and function*. Nova Iorque, 1923.
- COASE, R. H. The institutional structure of production. *American Economic Review*, v. 82, p. 713-9, 1992.
- \_\_\_\_\_. George J. Stigler. In: *Essays on economics and economists*. Chicago, 1994.
- COHEN, I. B. The eighteenth century origins of the concept of scientific revolution. *Journal of the History of Ideas*, v. 37, p. 257-88, 1976.
- COLLINGWOOD, R. G. *The idea of nature*. Oxford, 1960.
- DASGUPTA, A. K. *Epochs of economic theory*. Oxford, 1985.
- DEANE, P. *The evolution of economic ideas*. Cambridge, 1978.
- \_\_\_\_\_. The scope and method of economic science. *Economic Journal*, v. 93, p. 1-12, 1993.
- DOBB, M. *Theories of value and distribution since Adam Smith*. Cambridge, 1973.
- ELTIS, W. *The classical theory of economic growth*. Londres, 1984.
- FONSECA, E. G. da. *Beliefs in action*. Cambridge, 1991.
- GALBRAITH, J. *Economics in perspective*. Nova Iorque, 1987.
- GOULD, S.J. *The mismeasure of man*. Nova Iorque, 1981.
- GRUBER, H. E. *Darwin on man: a psychological study of scientific creativity*. Chicago, 1981.
- HICKS, J. "Revolution" in economics. In: LATSIS, S. J. (ed.) *Method and appraisal in economics*. Cambridge, 1976.
- HYPOLITE, J. *Studies on Marx and Hegel*. New York, 1973.
- JAEGER, W. *Paideia: the ideals of greek culture*. Oxford, 1939.
- KOESTLER, A. *The act of creation*. Londres, 1964.
- KOYRÉ, A. *From the closed world to the infinite universe*. Baltimore, 1968.
- KRUGER, L. Why do we study the history of philosophy. In: RORTY, R., SCHNEEWIND, J. & SKINNER, Q. (eds.) *Philosophy history*. Cambridge, 1984.
- KUHN, T. The relations between the history and the philosophy of science e The relations between history and history of science. In: *The essential tension*. Chicago, 1977.
- LAKATOS, I. *The methodology of scientific research programmes*. In: WORRAL, J. & CURRIE, G. (eds.) Cambridge, 1978.

- LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. (eds). *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge, 1970.
- LARMORE, F. 'Descartes' empirical epistemology. In: GAUKROGER, S. (ed.) *Descartes: philosophy, mathematics and physics*. Londres, 1980.
- LOVEJOY, A.O. Herder and the enlightenment philosophy of history. In: *Essays in the History of Ideas*. Baltimore, 1955.
- \_\_\_\_\_. *The great chain of being*. Cambridge, Mass., 1964.
- LUKÁCS, G. *The Young- Hegel*. Londres, 1975.
- MARSHALL, A. *Memorials of Alfred Marshall*. In: PIGOU, A. C. (ed.), Londres, 1925.
- MEDVEDEV, Z. A. *The rise and fall of T.D. Lysenko*. Nova Iorque, 1969.
- MIROWSKI, P. Physics and the marginalist revolution. *Cambridge Journal of Economics*, v. 8, p. 361-79, 1984.
- NAPOLEONI, C. *Smith Ricardo Marx*. Turin, 1973.
- NIETZSCHE, F. *The will to power*. Nova Iorque, 1968.
- OCHSE, R. *Before the gates of excellence: the determinants of creative genius*. Cambridge, 1990.
- PASSMORE, J. *Science and its critics*. Londres, 1978.
- POPPER, K. Three views concerning human knowledge. In: *Conjectures and Refutations*. Londres, 1963.
- ROBBINS, L. *The theory of economic policy in english classical political economy*. Londres, 1952.
- \_\_\_\_\_. *The evolution of modern economic theory*. Londres, 1970.
- ROY, S. *Philosophy of economics*. Londres, 1991.
- RUSSELL, B. *History of western philosophy*. Londres, 1945.
- SCHUMPETER, J. (ed.) *History of economic analysis*. Londres, 1954.
- \_\_\_\_\_. Science and ideology. *American Economic Review*, v. 30, p. 345-59, 1949.
- \_\_\_\_\_. *Ten great economists: from Marx to Keynes*. Londres, 1951.
- \_\_\_\_\_. The "crisis" in economics (fifty years ago). *Journal of Economic Literature*, v. 20, p. 1049-59, 1982.



- SILVA, M. F. G. da. *Schumpeter e a epistemologia da economia*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1994.
- SMITH, A. The principles which lead and direct philosophical enquiries; illustrated by the history of astronomy (1795). In: WIGHTMAN, W., BRYCE, J. & ROSS, L. (eds.) *Essays on philosophical subjects*. Oxford, 1980.
- STIGLER, G. *Essays in the history of economics*. Chicago, 1965.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. Londres, 1922.

---

(Recebido em março de 1996. Aceito para publicação em agosto de 1996).

\* Trabalho apresentado no XXII Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia realizado em Florianópolis em dezembro de 1994. O autor agradece aos participantes do Encontro e aos pareceristas da EE pelas críticas e sugestões feitas.